Constância
MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 05/2024

Data da Sessão Ordinária

19 de dezembro de 2024

Início

20:30 horas

Termo

24:00 horas

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo cinquenta e um, de cinco de dezembro de dois mil e vinte e quatro. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes e informou que não iriam estar presentes as Senhoras Deputadas Municipais; Carla Alexandra Pereira Silvério e Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, ambas do Partido Socialista, tendo apresentado as devidas justificações de faltas. A Senhora Deputada Municipal Carla Alexandra Pereira Silvério, tinha solicitado a sua substituição, pelo que, tinha sido convocada a Senhora Célia Rodrigues Abreu, para ocupar o seu lugar na respetiva Bancada. ----------

Para completar a Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal convidou a Senhora Célia Rodrigues Abreu, para ocupar o lugar de Segunda Secretária.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carlos José Pancadares Sousa Lopes, Carmen Dolores Gomes da Silva, Luís Manuel Marques Rodrigues, Maria do Rosário Costa Martins, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os Presidentes de Junta de Freguesia; - José Manuel Ricardo, Ana Luísa Cartaxo Manique e Paulo Gameiro Sena Freitas. ----------

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio, e pelos Senhores Vereadores, Pedro José Lopes Pereira e Alexandre Emanuel Ramos Marques. ----------

Estiveram presentes para prestar esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo, o Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, Dr. Luís Reis, e, Daniel Oliveira, Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, no apoio logístico à Assembleia Municipal, funcionários da Autarquia. ----------

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes; Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar; Segunda Secretária – Célia Rodrigues Abreu Matos.

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. ----------

----------**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido no período entre o dia treze de setembro e dezanove de dezembro dois mil e vinte e quatro. - Seguidamente, apresentou a Ata número três, de vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro, questionando, os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma correção à mesma. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que não votaria favoravelmente a Ata em análise, uma vez que, numa das suas intervenções na discussão do ponto número seis (Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Alteração Orçamental Modificativa nº 2/2024) a descrição estaria descontextualizada. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com um voto contra da Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, ambos da CDU-Coligação Democrática Unitária. ---------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se pretendia efetuar alguma intervenção inicial neste período Antes da ordem do Dia. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente, pretendendo dar uma informação sobre o ponto de situação da fábrica da TUPPERWARE. Tinha tido conhecimento, que a reunião que a fábrica tinha agendado com os trabalhadores, tinha sido adiada para aquele dia (19 de dezembro de 2024). Tinham informado os trabalhadores, que a fábrica só estaria em funcionamento até ao dia oito de janeiro de dois mil e vinte e cinco. Lamentava profundamente a situação, e deixava uma palavra de solidariedade a todos os trabalhadores, reafirmando que a Câmara Municipal estaria a seu lado, em tudo o que estivesse ao seu alcance, na salvaguarda dos seus direitos laborais. - Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação sobre as frequentes roturas na rede de abastecimento de água na sua Freguesia, especificamente no lugar da Portela. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, começando por referir que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha feito uma informação à população, mostrando a sua preocupação sobre o deficiente funcionamento da ETAR

(Estação de Tratamento das Águas Residuais) naquela Freguesia. Pretendia questionar qual o ponto de situação. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, referindo que tinha sido adjudicado um estudo hidráulico a uma empresa especializada naquela área. A empresa tinha solicitado um conjunto de dados referentes às anomalias. Já tinham sido enviados e já tinham vindo ao terreno, acompanhados por técnicos da Autarquia. Esperava que no início do próximo ano o estudo com as medidas a implementar estivesse concluído. Paralelamente, os serviços municipais, em particular o canalizador António Marques, juntamente com outros trabalhadores do município já tinham realizado alguns ajustes na pressão da rede. Já tinham substituído uma válvula redutora que se encontrava em mau funcionamento no lugar da Portela, tendo-se verificado que a partir daquele momento, as roturas tinham diminuído drasticamente. Logo que o estudo com a análise técnica chegasse, proceder-se-ia à intervenção preconizada. ----------

Sobre a questão apresentada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, referiu que o Município tinha desenvolvido até àquela data, quase todas as ações indicadas pela APA (Agência Portuguesa para o Ambiente) no auto de contraordenação levantado ao Município. Algumas das ações, já vinham sendo regularizadas mesmo antes daquela notificação. O Município tinha contestado o auto de contraordenação, enviando informação sobre as ações que estavam a ser implementadas. Era sua convicção, que nas próximas semanas a ETAR estaria em pleno funcionamento. ----------

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que pretendia apresentar duas questões: a primeira, dizia respeito às frequentes roturas de água ocorridas nos lugares da Portela, Cardal, Enxertal e Constância Sul. Tinha conhecimento, que tinham sido feitas medições da pressão da água na conduta. A questão que colocava, era, se existiam pontos de controle de pressão em toda aquela vasta extensão de conduta e quantos. Assim como, quais as condições que a rede deveria ter ao nível da pressão. Alguns munícipes referiam que a pressão naquela linha andaria pelos dez bar. Pretendia ainda saber mais pormenores, do porquê dos aumentos de pressão. A segunda questão, tinha a ver com o acordo estabelecido com o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), no programa "1º Direito" (Programa de apoio ao acesso à habitação), em que no acordo estabelecido, estava emanado um determinado número de soluções. Pretendia saber qual o ponto de situação em cada uma delas. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia voltar ao assunto da ETAR de Montalvo, enquadrando o mesmo nas competências que a Assembleia Municipal tinha, na fiscalização ao órgão executivo. Numa breve cronologia, referiu que tinham sido feitas obras na ETAR a rondar os cento e vinte mil euros, de um projeto do ano de dois mil e dezoito, com obras efetuadas em dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois para reabilitação e conservação daquela infraestrutura, para que funcionasse corretamente. A licença de utilização tinha sido passada em dois mil e vinte e três e já naquela altura, eram feitas várias recomendações. Uma delas; a implementação no prazo de trezentos e sessenta dias, de mais medidas, tendo em vista melhorar o seu funcionamento. O que em seu entender era preocupante, era que em todo aquele processo, desde as obras de reabilitação e conservação até ao momento, terem passado tão poucos anos e, nem com o prazo dos trezentos e sessenta dias, ter sido possível colocar a ETAR a funcionar dentro das regras recomendadas pela APA, culminando o processo, com uma contraordenação. Também lhe fazia alguma confusão, o facto de ver como justificação à contraordenação, a falta de disponibilidade financeira do Município, impeditivas da celeridade na concretização de algumas medidas. Terminou, referindo que do seu ponto de vista, tinha existido alguma displicência no tratamento daquele assunto, até negligência, ao deixarem arrastar o problema. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária. Sobre a existência ou não de postos de controle da pressão na rede de águas, respondeu negativamente. Nem nos lugares identificados pelas roturas na conduta de águas, nem noutros lugares do Concelho. As tubagens eram em PVC e na maioria das vezes, as roturas eram provocadas pelo rebentamento dos tubos. Quanto às válvulas redutoras; no lugar da Portela existia uma junto aos lavadouros que não estaria a funcionar corretamente, tendo sido substituída. Uma outra, próxima da casa do Senhor Diamantino, que, segundo opinião do canalizador, estava a funcionar corretamente. Quanto ao funcionamento da rede de águas, referiu que, a Portela era alimentada por dois depósitos; a zona alta, pelo depósito de Vale de Mestre, e o Cardal e Enxertal, pelo depósito existente no Vale do Pereiro; as condutas do Cardal e Enxertal eram alimentadas por gravidade, vinda do depósito do Enxertal, sendo este, alimentado por pressão, através de uma conduta que vinha do depósito de Vale de Mestre. Para a resolução das pressões seria necessário o referido estudo técnico que aguardavam.

O que era possível fazer no imediato estava feito, nomeadamente, o acerto da pressão nas válvulas. ----------

Quanto aos acordos com o IHRU; o Município tinha naquele momento, dois acordos assinados para sete fogos: - Três na Rua Grande, na freguesia de Constância; três em Montalvo e um em Santa Margarida da Coutada. Os restantes, ou estavam a aguardar validação do IHRU, ou, no gabinete do Senhor Primeiro Ministro para autorização da aquisição a privados. O que poderia assumir naquele momento, era que existiam dois acordos para sete fogos. Já tinha sido lançado o concurso público para os três de Montalvo e um para Santa Margarida da Coutada, que tinha ficado deserto. Situação recorrente, dada a escassez de empresas de construção para execução dos projetos, e o consequente aumento dos valores, dando para o efeito vários exemplos. No dia anterior, tinha sido apresentado na reunião de Câmara para aprovação, o concurso público para aqueles quatro fogos e para os três da Rua Grande. Seriam lançados durante a próxima semana pelos serviços técnicos do Município. Referiu ainda, que existiam muitos Municípios na mesma situação. Tinha decorrido uma reunião com a Senhora Secretária de Estado da Habitação, com o objetivo de obterem respostas para a morosidade dos processos, tendo em atenção, que aqueles apoios implicavam que os processos estivessem concluídos até março de dois mil e vinte e seis. Tinha sido informado, que o governo estava a estudar outras alternativas para que os Municípios pudessem concluir os projetos que tinham para habitação. ----------

Quanto às questões/considerações, apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começou por referir, que tinha a ideia que a obra na ETAR de Montalvo não tinha sido concluída em dois mil e vinte e dois, mas sim, em dois mil e vinte, com um projeto com candidatura a fundos comunitários. A licença hídrica, tinha sido renovada em dois mil e vinte e três. Tinham ficado pendentes cerca de cento e vinte mil euros, respeitantes à remoção e transporte de lamas para tratamento. Não negava que poderiam ter existido situações suscetíveis de serem resolvidas em tempo oportuno, o que não tinha acontecido. Naquele momento, estavam a ser implementadas todas as medidas para cumprimento das exigências da APA, por forma a ter a situação resolvida o mais rapidamente possível. ----------

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha mencionado que já existiam dois acordos com o IHRU. Ele próprio, na sua intervenção anterior, tinha referido o programa "1º Direito". O que pretendia questionar, era se os sete fogos referidos pelo Senhor Presente da Câmara Municipal, já com projeto e concurso lançado e que tinham ficado desertos, faziam parte daquele

programa. Também verificava, que no acordo celebrado entre o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o IHRU, constavam vinte e nove fogos, distribuídos por cinco soluções. Numa das cláusulas, era referido que; "o Município, no prazo de um ano a contar da data da celebração do acordo, e em cada ano subsequente até ser atingido o prazo da clausula anterior, remete ao IHRU um relatório sobre a sua execução". Assim, questionava se o Município tinha ficado dispensado de apresentar o referido relatório ou, se o tinha enviado no mês de março de dois mil e vinte e quatro, uma vez que a celebração do contrato tinha sido em abril de dois mil e vinte e três. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que pretendia voltar ao assunto da ETAR de Montalvo, questionando, se em dois mil e dezoito, aquando do projeto para a requalificação da ETAR, não teria sido possível elaborar um outro projeto que contemplasse o financiamento para o tratamento das lamas. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal, Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que não se podia misturar o que era diferente; - O "1º Direito", visava o acesso à habitação digna e adequada para famílias em situação de carência, que não conseguiam obter uma solução habitacional no mercado para comprar ou arrendar. O Município não se tinha candidatado àquele programa, com aviso até ao mês de março, uma vez que lhe tinham a garantido, que existiria um segundo aviso para além daquele mês. No entanto, as candidaturas apresentadas para aquele programa (1º Direito) tinham ultrapassado em cerca de cinquenta e nove milhões de euros, a dotação do programa. No momento presente, o governo estava a procurar uma solução para dar cobertura a todas as estratégias de habitação que tinham ficado fora da dotação do último aviso. O Município aguardava a decisão, uma vez que tinha dez fogos naquela situação, localizados na Rua dos Combatentes, na Aldeia de Santa Margarida da Coutada, junto à Extensão de Saúde; - Quanto à habitação a custos acessíveis, o Município não tinha assinado com o IHRU a construção/reabilitação de vinte e nove fogos, mas sim, a intenção de reabilitar ou fazer aquele número, como ponto de partida. O acordo era assinado casa a casa, lote a lote, e o programa consistia no seguinte; - "A habitação a custos acessíveis do PRR (Programa de Recuperação e Resiliência), tinha como finalidade, a concessão de apoio financeiro, mediante empréstimo, destinado a financiar projetos que permitissem a ampliação do parque habitacional público, a preços acessíveis, garantindo a existência de oferta de habitação de rendas acessíveis. No seu todo, o programa permitia a construção

ou, aquisição para reabilitação. O IHRU, enquanto beneficiário intermédio, atuava como financiador das soluções, com verbas do PRR, através de programas Municipais". Em resumo; o objetivo do 1º Direito, focava-se em situações de carência habitacional extrema, enquanto a habitação a custos controlados, visava facilitar o acesso a famílias de rendimentos médios a baixos. De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou uma resenha histórica sobre a forma como tinha sido despoletado o processo na CIMT. Por ser demasiado extensa e, na ótica da Mesa da Assembleia Municipal não acrescentar nada de extraordinário, nem ser relevante para uma melhor clarificação sobre o assunto, se omite o seu registo em ata. Prosseguindo, o Município de Constância, como referido anteriormente, tinha apresentado vinte e nove fogos, questionando na altura se, teriam que ser apenas terrenos ou habitações públicas ou, se poderiam ser adquiridas propriedades privadas para reabilitar edifícios. Tinham obtido como resposta, que sim, mas com uma condição; tinha que haver uma avaliação de um perito qualificado, não podendo cada aquisição ser adquirida por valores superiores à avaliação do perito. A CIMT, tinha contratado um perito que tinha vindo ao Concelho de Constância, assim como, a todos os outros concelhos aderentes, para as respetivas avaliações. Ele próprio (Presidente da Câmara Municipal), tinha contactado os proprietários dos imóveis, apresentando-lhes os valores indicados pelo perito. Finalizado aquele processo, o IHRU, passados alguns meses, tinha solicitado um Estudo Prévio, para apresentação específica do que se pretendia fazer. Tal exigência, tinha levado à contratação de serviços a um Gabinete de Arquitetura para a elaboração dos Estudos Prévios, para que o IHRU adquirisse os imóveis referenciados. Tudo o que tinha sido exigido para cada imóvel tinha sido apresentado. Passados alguns meses, o IHRU tinha respondido, questionando o porquê de terem sido adquiridos imóveis a determinados proprietários e não a outros. A resposta tinha sido dada. Passado mais algum tempo, o IHRU como adquirente dos imóveis, tinha respondido que a aquisição tinha que ser autorizada pelo governo. Passados mais alguns meses, tinham recebido a informação, que tinha que haver uma consulta pública, para que os proprietários apresentassem uma proposta em como estavam disponíveis para venderem os seus imóveis ao estado. A CIMT, para facilitar, tinha centralizado o processo, tendo feito a respetiva consulta pública. Os técnicos do Município tinham ajudado os proprietários a submeterem as candidaturas e toda a documentação necessária para o efeito. Passado mais algum tempo, o IHRU tinha vindo dizer que o processo teria que passar pelo Senhor Primeiro Ministro. Passado mais algum tempo, tinha caído o governo e novas eleições, não havendo naquele espaço de tempo quaisquer decisões sobre o assunto. Posteriormente, na reunião que tinha tido com a Senhora Secretária de Estado da Habitação, tinha questionado qual o ponto de situação sobre o assunto, relativamente ao Concelho de

Constância, nomeadamente, o que é que estava para despacho no Gabinete do Senhor Primeiro Ministro e, o que é que ainda estava no IHRU. Em resposta, a Senhora Secretária de Estado tinha referido que; estavam dois processos no IHRU validados, para envio ao Gabinete do Senhor Primeiro Ministro e, dois no Gabinete do Senhor Primeiro Ministro (um que previa a construção de seis lotes, na Rua da Liberdade e outro que previa a construção de nove fogos, na Rua Nova na Portela). Era seu entendimento que, se até ao final do mês de janeiro não viesse a autorização do Senhor Primeiro Ministro para as aquisições e, se permanecessem as exigências para a conclusão das obras até março de dois mil e vinte e seis, seria impossível a sua concretização, tendo em atenção as sucessivas exigências processuais (Em seu entender, por desconfiança no trabalho desenvolvido pelos Municípios) e o histórico dos concursos desertos. Compreendia as espectativas criadas, no entanto, as exigências que foram sendo colocadas no andamento do processo tinham sido tantas, que em nada tinham contribuído para o êxito do programa. ----------

Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre se na altura, não teria sido possível apresentar um projeto para a ETAR de Montalvo que contemplasse o financiamento para o tratamento das lamas; respondeu que não era possível. ----------

Não havendo mais intervenções para o período "Antes da Ordem do Dia", o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, pela pertinência do assunto, pretendia que fosse incluída na Ordem de Trabalhos, mais um ponto "Estudo da Valorização dos Recursos Hídricos - Açude no Rio Tejo em Constância Norte – Para Deliberação", colocando a sua inclusão a votação. Obtida a devida autorização por unanimidade, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária que procedesse à leitura do Edital e da respetiva Ordem de Trabalhos com a respetiva alteração. ----------

Não havendo mais assuntos para este período "Antes da Ordem do Dia", o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária para fazer a leitura do Edital e respetiva Ordem de Trabalhos. ----------

----------PERÍODO DA ORDEM DO DIA----------

1. Intervenção do Público; ----------
2. Relatório de execução do Contrato-Programa e prestação de contas de 2022 da Associação Casa-Memória de Camões em Constância - Para conhecimento; ----------
3. Relatório de execução do Contrato-Programa e prestação de contas de 2023 da Associação Casa-Memória de Camões em Constância – Para conhecimento; ----------

4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de Contrato-Programa a celebrar com a Associação Centro de Ciência Viva de Constância para o ano de 2025 – Para deliberação; ----------

5. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de Contrato-Programa a celebrar com a Associação Centro de Ciência Viva de Constância para o ano de 2025 – Para deliberação; ----------

6. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta dos documentos previsionais para o período de 2025 a 2029 - Para deliberação; ----------

7. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Mapa de Pessoal e respetivo anexo para o ano de 2025 - Para deliberação; ----------

8. Proposta de Alteração Orçamental Modificativa nº3/2024 - Para deliberação; ----------

9. Relatório semestral do ROC com informação económica e financeira 1ºsemestre de 2024 - Para conhecimento; ----------

10. Proposta de nomeação do auditor externo do Município de Constância - 01.01.2025 a 30.06.2026 - Para deliberação; ----------

11. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos Procedimentos Contraordenacionais no domínio do Estacionamento Público - Para deliberação; ----------

12. Concurso Público para prestação de serviços de recolha, lavagem de contentores e transporte a aterro sanitário de resíduos urbanos - Proposta de Autorização prévia de compromissos plurianuais - Para deliberação; ----------

13 - Estudo da valorização dos recursos hídricos para a agricultura no Vale do Tejo e Oeste - Novo Açude no Rio Tejo em "Constância Norte"; - Para deliberação; ----------

14 - Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento; ----------

15. Outros assuntos de interesse. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o Edital com a Ordem de Trabalhos a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------

Havendo público na sala, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém do público pretendia intervir. ----------

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. ----------

PONTO 2 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022 DA ASSOCIAÇÃO CASA-MEMÓRIA DE CAMÕES EM

CONSTÂNCIA - PARA CONHECIMENTO ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que aquele relatório era uma obrigação da Casa-Memória de Camões para com o Município, referente ao Contrato-Programa celebrado, através do qual, a Associação recebia um determinado subsídio à exploração, com a obrigação de levar a efeito um conjunto de atividades e iniciativas. Aquele Relatório era referente aos compromissos assumidos com o Município relativos ao ano de dois mil e vinte e dois. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para questionar qual a razão, daquele relatório referente a dois mil e vinte e dois, só ser apresentado naquele momento. ----------

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não sabia qual a razão. A única coisa a que se comprometia, era, chamar a atenção, para que no futuro não se repetisse aquele atraso. ----------

Sendo um ponto apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte. ----------

PONTO 3 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2023 DA ASSOCIAÇÃO DA CASA-MEMÓRIA DE CAMÕES EM CONSTÂNCIA - PARA CONHECIMENTO ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a situação era idêntica ao ponto anterior, apenas diferente no ano. ----------

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. ----------

PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO CASA-MEMÓRIA DE CAMÕES EM CONSTÂNCIA - PARA DELIBERAÇÃO ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que, não iria interferir na discussão, nem na votação deste ponto, pelo facto de pertencer aos órgãos socias da Associação, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua apresentação. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de um Contrato-Programa em que o Município atribuía um subsídio à exploração, para que a Associação pudesse desenvolver um conjunto de iniciativas e atividades.

Referiu que tinha havido um ligeiro aumento de verbas. Não sendo o ideal, era o possível. Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato à votação, sendo o ponto aprovado por unanimidade. ----------

PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA PARA O ANO DE 2025 - PARA DELIBERAÇÃO ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que, não iria interferir na discussão, nem na votação deste ponto, pelo facto de pertencer aos órgãos sociais da Associação, bem como, a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, por ser funcionária da referida Associação, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do mesmo. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o processo era idêntico ao do ponto anterior, mostrando-se disponível para qualquer esclarecimento suplementar. ----------

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato à votação, sendo o ponto aprovado por unanimidade. ----------

PONTO 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO DE 2025 A 2029 – PARA DELIBERAÇÃO ----------

O Senhor da Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o orçamento para dois mil e vinte e cinco, tinha um valor a rondar os treze milhões e quatrocentos mil euros, para um conjunto vasto de intervenções nas áreas; sociais, educacionais, urbanísticas, culturais, desportivas e industriais, primordiais para o desenvolvimento integrado e equilibrado do Concelho. Para resumir a longa intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal referente a cada uma das áreas atrás referidas, salienta-se a sua preocupação em cada uma delas, para uma distribuição criteriosa e justa, tendo em atenção as necessidades mais prementes das pessoas e do Concelho. Terminou, deixando rasgados elogios à Divisão Municipal Administrativa e Financeira do Município, pelo árduo e excelente trabalho desenvolvido. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. ----------

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que na introdução do documento em análise, estava escrito que havia uma necessidade urgente na

substituição da rede de águas em toda a freguesia de Santa Margarida da Coutada. Seria uma obra muito importante, de grande envergadura e elevados montantes. Tinha dúvidas, que toda a freguesia, de momento, estivesse necessitada daquela obra. Também ao nível do saneamento básico (esgotos), o Senhor Presidente da Câmara Municipal referia que estavam a ser analisadas algumas situações. Pretendia saber, se na análise referida, estava contemplada a situação do lugar da Pereira. Também eram referidas, as requalificações da Rua da Hortas, da Rua Principal e do Beco Chão de Abreu. Sentia-se confuso, e pretendia saber se o projeto já estava concluído, uma vez que tinham sido alocadas verbas para aquelas obras. Assim como, se já tinha sido aberto o respetivo concurso. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido que alguns processos relacionados com a habitação, estavam pendentes no Gabinete do Senhor Primeiro Ministro. Pretendia saber quais. Para terminar, questionou o que é que o Senhor Presidente da Câmara Municipal pretendia dizer, quando referiu "hoje, não lidamos com meia dúzia de assuntos". ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, começando por elogiar a qualidade do documento e a sua elaboração, com as páginas todas numeradas e de fácil localização, permitindo mesmo aos menos identificados com aquelas matérias, a sua leitura e interpretação. Quanto ao Orçamento e ás Grandes Opções do Plano; no respeitante à habitação a custos acessíveis, por um lado, considerava as opções bastante positivas se concretizadas, por outro lado, e com as explicações dadas anteriormente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, tinha ficado bastante apreensiva e até preocupada, uma vez que tinham sido criadas elevadas espectativas sobre aqueles projetos que dariam um alento suplementar para a resolução da falta de habitação no Concelho e que, poderiam ser goradas. Também tinha sido referido na intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que até ao final do mês de janeiro do próximo ano, previa submeter a candidatura para a eficiência energética da piscina, visando uma elevada poupança para as finanças do Município. As questões que pretendia colocar eram as seguintes: - Que tipo de substituições estavam previstas para a piscina e quais as poupanças estimadas com aquela intervenção. A segunda questão; quando é que estava prevista a sua execução. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU- Coligação Democrática Unitária. Sobre a habitação a custos acessíveis, referiu que, na sua intervenção anterior, já tinha mencionado os projetos que estavam no Gabinete do Senhor

Primeiro Ministro para autorização, repetindo: - Na Rua Nova, na Portela, oito ou nove fogos; na Rua da Liberdade em Malpique, seis ou sete fogos. Todos os restantes estavam no IHRU para validação e envio ao Senhor Primeiro Ministro. Quanto ao parágrafo "Hoje, não lidamos com meia dúzia de assuntos", não estava a pensar em executivos anteriores nem qualquer destinatário específico, era simplesmente uma constatação factual. O mundo estava em constante mudança e a complexidade dos assuntos aumentava em cada dia. Quanto à questão da Pereira, era um assunto que não estava encerrado, estando em avaliação. ----------

Em resposta às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referiu; que o projeto para a piscina ainda não estava concluído, no entanto, a ideia geral que a Médio Tejo tinha apresentado, era através de energia solar, com baterias para aproveitamento de energia para o aquecimento da piscina. Como o projeto ainda não estava concluído, não poderia avançar com mais pormenores. Quanto à poupança financeira; só o estudo, que ainda não possuía, poderia prever com alguma certeza aqueles valores. Lembrou que, só em gás para a piscina, o Municipio gastava cerca de oitenta mil euros anuais. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que se tratava de um orçamento de treze milhões de euros, sobre o qual, mantinha uma espectativa muito negativa quanto ao seu total aproveitamento, principalmente, aos valores destinados a alguns projetos. Tendo em atenção as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, quando tinha referido: "como os projetos estão a andar, vejo com muito pessimismo, que exista tempo útil para executar alguns deles", menor era o seu otimismo. Sobre o ciclo urbano da água, cruzando o assunto com os fundos comunitários de outro programa operacional, com a questão da renovação da rede de águas e esgotos na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, já no ano de dois mil e dezassete se verificava a necessidade da sua renovação. Era muito importante que o Município tivesse preparado o respetivo projeto, para quando surgisse uma oportunidade, não perdesse tempo com a sua submissão. Pretendia saber, o que é que em concreto se pretendia fazer no âmbito do ciclo urbano da água. Sobre um outro assunto, era referido no documento o seguinte: "esta medida permitirá apetrechar o Cine Teatro com equipamento de projeção digital de cinema e sistema de vídeo e imagem", no entanto, no ponto seguinte da ordem de trabalhos, no respeitante à Alteração Orçamental Modificativa, verificava a supressão total de cem mil euros, encontrando-se aquela rúbrica a zeros. Pretendia saber, se era mesmo assim ou, se era engano. Terminou a sua intervenção, referindo que o Município de Constância, nas últimas décadas, tinha tido muito azar com os governos, nomeadamente, com a pouca celeridade que imprimiam

nos processos de aproveitamentos a fundos comunitários. Deu como exemplo, um quadro comunitário prestes a terminar, com candidaturas e processos a serem ainda iniciados. A ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses), não se manifestava e, também não via os autarcas a tomarem uma posição mais agressiva. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que, para além das considerações na sua intervenção, que respeitava, pretendia começar por responder à questão do ciclo urbano da água; - O que estava perspetivado para o próximo ano, era a elaboração dos projetos de execução. Sobre as questões referentes ao Cine teatro Municipal; no respeitante à projeção de cinema, assim como, à aquisição de outros equipamentos, a justificação para se apresentar a zeros era a seguinte: - Há cerca de dois anos, até ao presente momento, que o Município andava a solicitar a inclusão daquele projeto, num programa que a Direção Geral da Arte/Cultura tinha, que contemplava aquele tipo de equipamentos. Pelo segundo ano consecutivo que Constância não tinha sido contemplada. Quando mostraram indignação por aquela situação, tinham recebido como resposta, que poderiam atribuir para o efeito, uma verba de cinquenta mil euros. Perante aquela situação, tinha sido entendimento do executivo que aquele valor ficava muito aquém do necessário, obrigando o Município a um esforço financeiro bastante significativo. Tinham decidido dar como resposta a rejeição, uma vez que, tinham conhecimento de outros casos similares, com comparticipações a cem por cento. Perante a rejeição daquela verba, tinham obtido como resposta, que ficariam com aquela nota e em futuros programas, Constância estaria sinalizada para o efeito. Aquela era a razão para que na alteração orçamental, figurasse a zeros. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar em que é que consistia o plano para os migrantes, levado a efeito no âmbito da CIMT. Também pretendia saber, quantas pessoas naquelas condições existiam no Concelho de Constância. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando um valor de cento e cinquenta mil euros, a conceder pelo Município de Constância ao Centro de Ciência Viva, num contrato de colaboração, aprovado no ponto anterior da Ordem de Trabalhos da presente sessão, quando no documento em análise e nas entidades que tinham contribuído para os cem por cento da dívida Municipal, era referido um subsídio àquela entidade de apenas cinquenta

e cinco mil euros. Pretendendo saber, qual dos valores era o correto. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre o plano para os migrantes, referindo que o mesmo consistia em identificar as nacionalidades que existiam em cada concelho e na elaboração de um plano de ação, tendo como objetivo a sua integração nos diversos territórios. Quanto ao número de migrantes no Concelho de Constância, não podia precisar, uma vez que aquela gestão não era feita pela Câmara Municipal, mas sim, da responsabilidade da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), (antigos Serviços de Estrangeiros e fronteiras). O que poderia adiantar, era que no Concelho de Constância o número era pouco significativo. ----------

Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, solicitou autorização para que fosse a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo, a responder à questão, uma vez que se tratava de uma questão técnica. No uso da palavra, a Dra. Marisa Figueiredo começou por referir que se tratava de uma questão pertinente. O que tinha acontecido, e era costume, era aquele mapa apresentar os valores referentes ao ano anterior. Não eram só os valores referentes ao Centro de Ciência Viva, o mesmo se passava com a Casa-Memória de Camões. Tomava nota, sendo uma situação a corrigir num próximo mapa. ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, e doze votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e dos três Presidentes de Junta de Freguesia. ----------

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária apresentou Declaração de Voto que se anexa à presente Ata, dela fará parte integrante, ficando a constituir-se como (**ANEXO I**). ----------

PONTO 7 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL E RESPETIVO ANEXO PARA O ANO DE 2025 - PARA DELIBERAÇÃO ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por especificar cada um dos itens da proposta. Assim, começando pelo gabinete de apoio aos órgãos

municipais, existia um lugar a prover de Assistente Técnico, visando colocar uma pessoa no apoio às reuniões de Câmara, Assembleia Municipal e Cine teatro; um lugar a prover de Técnico Superior, na área da gestão e economia, colmatando a saída de um trabalhador para a DGAL (Direção Geral da Administração Local), tinha sido aberto um concurso por mobilidade, tendo concorrido um funcionário que trabalhava em Lisboa, acabando por não vir, continuando o lugar por preencher; um lugar a prover para Técnico Superior, com licenciatura em direito e solicitadoria ou gestão, tratando-se de um trabalhador do Município que era Assistente Técnico, tinha-se licenciado, sendo reclassificado como Técnico Superior e cuja mobilidade ainda não estava consolidada; um lugar para a chefia da Divisão Municipal dos Serviços Técnicos; um lugar de SIG (Sistemas de Informação Geográfica) que ainda não tinha sido preenchido; um lugar de Assistente Técnico para reforçar o atendimento Municipal, na área da gestão e planeamento; um lugar para Fiscal Municipal; um lugar para Encarregado Operacional; um Pedreiro e três Serventes, para obras de administração direta; um Assistente Operacional Eletricista; quatro Assistentes Operacionais para os serviços de limpeza urbana; um lugar para Canalizador; um lugar para motorista de pesados; na ação social, saúde e educação, eram lugares a prover ligados à transferência de competências assumidas pelo Município para a educação. ------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, começando por referir que em anos anteriores, o Mapa de Pessoal não vinha com tanta frequência à Assembleia Municipal. Só surgia, quando existia alguma aposentação e pouco mais. Ultimamente, vinha à Assembleia Municipal com mais frequência, não só por aposentações, mas também, por frequentes requalificações e mobilidades. Pretendia ser esclarecida em concreto, o que é que naquele âmbito estava a decorrer e quando terminava. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que, fazendo uma análise comparativa do mapa de pessoal para o próximo ano, com o mapa de pessoal do ano transato, verificava que nos lugares a prover para o ano de dois mil e vinte e cinco, existiam vinte e quatro lugares, o mesmo número que no mapa de pessoal do ano transato. O número de funcionários previstos para dois mil e vinte e cinco, eram cento e quarenta e sete, os mesmos que no ano transato. Eram números semelhantes, no entanto, verificava uma exceção; os lugares cativos por tempo indeterminado, em dois mil e vinte e quatro, eram dezasseis, e para dois mil e vinte e cinco, eram seis. Questionava se aquela diferença de dez, tinha a ver com a mobilidade ou era engano. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista sobre os procedimentos concursais a decorrer ou em fase de encerramento. Assim, o concurso do radar social estava concluído, estando as duas técnicas já a trabalhar no Município; para o eletricista, tinham sido feitas as entrevistas no passado dia dezasseis, prevendo-se a entrada em funções ainda no mês de janeiro; para a limpeza urbana, já tinham sido feitas as avaliações psicológicas no passado dia dez, seguindo-se a entrevista; a substituição das duas trabalhadoras no PASM (Parque Ambiental de Santa Margarida), por solicitação das mesmas, iriam iniciar funções nos serviços municipais na Sede do Concelho, estando concluído o processo de mobilidade; Para o PASM, vinha uma trabalhadora da Câmara da Chamusca e uma outra em mobilidade da Universidade de Lisboa; o Assistente Técnico para o atendimento municipal, estava concluído, tinha estado a decorrer a audiência prévia, tendo terminado no dia anterior; o Técnico SIG, estava na fase de seleção de candidatos; o Fiscal municipal, estava assinado o aviso para publicação da abertura do concurso; o concurso para Chefe de Divisão, aguardava confirmação dos júris do concurso, uma vez que vinham do exterior. Concluindo, os procedimentos estavam quase todos na rua ou numa fase bastante avançada de conclusão. Sobre a questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, solicitou autorização para passar a palavra à Senhora Dra. Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira. - No uso da palavra, a Dra. Marisa Figueiredo começou por referir que a diferença em questão de dezasseis para seis, se devia à consolidação de mobilidades, dando vários exemplos para o efeito. ----------

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e, doze votos a favor da Bancada do Partido Socialista e Presidentes de Junta de Freguesia. A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou declaração de voto. Fica a constituir-se como (**ANEXO II**) desta Ata e dela fará parte integrante. ----------

PONTO 8 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº3/2014 - PARA DELIBERAÇÃO ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se

tratava de uma revisão em baixa, com diminuição dos valores referentes à habitação a custos acessíveis, pelas razões já referidas anteriormente. Pela questão da requalificação da área envolvente à antiga escola primária e ampliação do Cemitério Municipal de Constância, situações que também eram do conhecimento de todos. Quanto à Rua Principal e à urbanização da Aldeia na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, referiu que seria muito difícil concretizar aquele projeto. Tinha sido inscrito no Orçamento Municipal, devido à locação da parte não financiada do empréstimo destinado à Loja do Cidadão que não tinha sido necessária, por aquela obra ter sido financiada a cem por cento. Tinha sido submetida uma reafectação do empréstimo ao Tribunal de Contas, na condição de terem os valores inscritos no Orçamento Municipal, para que aquele Tribunal pudesse visar os respetivos processos no âmbito do referido empréstimo. Também já tinha dado uma explicação sobre a situação do Cine Teatro Municipal, assim como, do atraso nas obras da Loja do Cidadão não terem sido iniciadas na altura prevista, pelos problemas técnicos que tinham surgido. Estas eram as principais razões da revisão em baixa do Orçamento. ----------

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que tinha verificado, que em três das rúbricas, não tinha sido gasta nenhuma verba, como eram os casos da habitação a custos acessíveis, da requalificação da antiga escola primária e do equipamento para o Cine Teatro. Ao longo da Sessão da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha dado algumas explicações. Tinham sido criadas algumas espectativas com aqueles projetos, que acabaram por desiludir. Era uma alteração orçamental bastante impactante, atendendo aos elevados valores, na ordem dos quatro milhões de euros. Para terminar, referiu que a sua Bancada não tinha ficado surpreendida com aquela alteração orçamental, reveladora da ineficácia do executivo. A responsabilidade da sua Bancada no respeitante ao assunto, impedia-os de votarem contra, optando pela abstenção. ----------

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder ao Senhor Deputado Joaquim José Moura Marques dos Santos, referindo que respeitava a opinião da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, no entanto, tinha a sua consciência tranquila por tudo o que tinha feito. Se os projetos não tinham avançado, não tinha sido por falta de empenhamento ou responsabilidade do executivo. Tinha apresentado as devidas razões e nada mais poderia acrescentar. ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, e doze votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e Presidentes de Junta de Freguesia. ----------

PONTO 9 - RELATÓRIO SEMESTRAL DO ROC COM INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 1º SEMESTRE DE 2024 – PARA CONHECIMENTO ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que, embora sendo um relatório semestral, ao longo do documento eram feitas algumas ressalvas. Pretendia questionar, se as mesmas tinham sido consideradas. Se sim, quais as medidas tomadas. ----------

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para referir que as conclusões vinham no seguimento da proposta anterior sobre as taxas de execução baixas e a dependência da autarquia das transferências do Orçamento do Estado. Eram aquelas as conclusões do relatório. Aproveitava a ocasião para referir que há anos que a valorização dos vencimentos dos funcionários, com a qual concordava, era feita à custa do Orçamento Municipal, daí, o aumento da despesa corrente, mesmo sem contratação de mais funcionários. A despesa com pessoal nos últimos anos tinha aumentado exponencialmente, retirando alguma margem ao Município para investimentos. Não havendo mais intervenções, tratando-se de um ponto apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. ----------

PONTO 10 - PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA - 01.01.2025 A 30.06.2026 – PARA DELIBERAÇÃO ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, decorrido o processo de contratação pública, o que vinha à Assembleia Municipal para deliberação, era a designação como Revisor Oficial de Contas, da empresa de Contabilidade "Rosa Lopes, Gonçalo Mendes & Associados, SROC, Lda", com quem o Município já trabalhava há alguns anos e, de acordo com a opinião da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, sempre prestaram um bom serviço ao Município. ----------

Não havendo questões por parte das Bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ----------

PONTO 11 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DOS PROCEDIMENTOS CONTRAORDENACIONAIS NO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO - PARA DELIBERAÇÃO ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que aquele assunto já tinha sido apresentado numa Assembleia Municipal anterior, no entanto, tinha havido uma alteração nos considerandos. Era seu entendimento, que com aquela alteração, teria que voltar novamente à Assembleia Municipal para deliberação. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que compreendia o regresso daquele assunto à Assembleia Municipal, uma vez que o que tinha vindo, era apenas o clausulado do contrato, tendo faltado o estudo de viabilidade económica. Sobre o estudo de viabilidade económica, era seu entendimento, que existia um desajuste com os valores (a favor da CIMT) apresentados na tabela, pretendendo saber se revertiam para a CIMT ou, para o Município. ----------

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondendo que o que estava previsto era o seguinte: - Sendo a CIMT a concentrar todos os processos referentes aos seis Municípios (Abrantes, Alcanena, Constância, Ferreira do Zêzere, Mação e Vila Nova da Barquinha), o resultado financeiro reverteria para a CIMT, entidade que suportava os custos de todo o processo. Como exemplo, isolado e de acordo com a tabela constante no documento, o Município de Constância teria os seguintes resultados: - Com um número de cento e oitenta autos, a receita prevista seria de três mil setecentos e oitenta euros. Para assegurar aquele serviço, só em custos diretos e indiretos; com um funcionário alocado ao assunto, papel, fotocopias, notificações e outos encargos, seriam necessários cerca de trinta e um mil euros. Resultaria do processo, um saldo negativo de cerca de vinte e sete mil euros. Aquela era resumidamente, a sua interpretação do estudo de viabilidade económica em análise. ----------

Voltou a solicitar a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se concordava que aquela competência tivesse sido atribuída à Camara Municipal e não diretamente à CIMT ou, à GNR, com os meios humanos e materiais necessários, uma vez que era aquela autoridade a levantar os Autos. ----------

Respondendo diretamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que tinha sobre o assunto a sua opinião, no entanto, utilizaria o direito que lhe era consagrado de não responder. ----------

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada

da CDU-Coligação Democrática Unitária e doze votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e dos três Presidentes de Junta de Freguesia. ----------

PONTO 12 - CONCURSO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA, LAVAGEM DE CONTENTORES E TRANSPORTE A ATERRO SANITÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - PARA DELIBERAÇÃO ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, como era do conhecimento de todos, há vários anos que a recolha dos resíduos sólidos urbanos era feita através de prestação de serviços. O contrato terminava em março de dois mil e vinte e cinco, sendo necessário lançar novo procedimento por três anos. Como a despesa fazia parte dos compromissos plurianuais, era necessário submete-la a autorização prévia da Assembleia Municipal. ----------

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ----------

PONTO 13 - ESTUDO DA VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE - NOVO AÇUDE NO RIO TEJO EM "CONSTÂNCIA NORTE" – PARA DELIBERAÇÃO ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, enquanto entidade para o regadio, tinha lançado um estudo preliminar para a construção de um açude a jusante da ponte sobre o Rio Tejo (Constância/Vila Nova da Barquinha). A Câmara Municipal de Constância tinha recebido um email no dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, para se pronunciar dentro do período da consulta pública, que decorreria até ao dia quinze de janeiro de dois mil e vinte e cinco. Deu nota, que em todo aquele processo, os dois Municípios mais visados (Constância e Vila Nova da Barquinha) não tinham sido consultados antes da entrada em consulta pública. Era seu entendimento, que a CIMT, deveria ser envolvida no processo, o que não tinha acontecido. Logo que tiveram conhecimento do processo (Constância e Vila Nova da Barquinha) através de email e, de uma Associação Ambientalista, tinham solicitado em conjunto, um trabalho técnico de análise ao estudo, cujo resultado estava explanado na proposta em análise, com as devidas conclusões. Pelo conhecimento que tinha através dos documentos disponíveis, a concretização daquele projeto teria as seguintes consequências para a Vila de Constância:

- A praia fluvial desapareceria; o estacionamento térreo junto ao rio Zêzere e alguns espaços verdes, ficariam submersos; a probabilidade do aumento de cheias no centro histórico da Vila, aumentaria exponencialmente, com elevados prejuízos para os investimentos privados levados a efeito nos últimos anos no centro histórico da Vila, na reabilitação e conservação de imóveis e, as regras para a construção/reabilitação naquela zona, seriam muito mais apertadas. Em resumo; a proposta em análise, visava, para além da participação na consulta pública, uma oposição firme à localização daquele projeto, dirigido às entidades que tutelavam aquelas matérias. Tanto Constância como Vila Nova da Barquinha, já tinham enviado as suas propostas à CIMT, para uma análise e discussão do assunto, visando uma tomada de posição, se possível por unanimidade, contra a localização do açude. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão sobre o assunto. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, iniciando a sua intervenção, dizendo que não era a pessoa mais habilitada para opinar sobre o assunto. Fazia-o, impulsionada pela perceção que tinha, sobre as consequências que a construção daquela infraestrutura acarretaria para Constância. A sua primeira dúvida, era saber que agricultura é que estava dependente da construção ou não do açude. Também não compreendia, pelos seus parcos conhecimentos técnicos sobre aquela matéria, como é que a zona do Oeste poderia beneficiar com aquela construção. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que a informação documental que tinha recebido, ou não espelhava a especificidade técnica daquele projeto, ou então, existiriam muitas mais informações por divulgar. Uma das informações que saltavam à vista, era a omissão da cota de água prevista para Constância. A Assembleia Municipal deveria tomar uma posição que entendesse como adequada. Não era o dizer que sim ou que não. Deveria estudar bem a situação, os benefícios e os prejuízos para o Município e propor uma solução. Acreditava no trabalho técnico efetuado dentro do curto espaço de tempo que tinham para análise da situação, no entanto, entendia que seria importante terem mais tempo para uma melhor fundamentação sobre os prejuízos que causaria a construção daquela infraestrutura. ----------

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista para referir que entendia as dúvidas apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária. Pelo que tinha entendido, a primeira vez que o Município tinha tido

conhecimento do assunto, tinha sido através do email de quatro de dezembro, antes, não tinha ouvido falar sobre o assunto. Havendo a necessidade de uma tomada de posição tão rápida, tinha em sua opinião, sido feito o possível através dos meios ao dispor do Município. Era importante que os estudos tivessem sido feitos através da CIMT, ou, de uma entidade especializada no assunto, para que pudesse existir uma outra argumentação / fundamentação, por ventura mais convincente. ----------

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para referir que havia um amplo consenso dos Municípios do Médio Tejo, Lezíria e até do Oeste, que a falta de água naquelas zonas poderia ser resolvida através das barragens do rio Ocreza e da ribeira do Alvito. Tinha participado numa sessão de apresentação levada a efeito pela APA, em Proença-a-Nova, há cerca de três anos, onde tinha sido apresentado um projeto, com pompa e circunstância, com a firme convicção que seria para avançar. Logo, se aquela situação já estava devidamente estudada havendo consenso político, qual a razão para que o assunto voltasse para discussão com a construção do Açude. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal relembrou que, o que estava para deliberação, era uma proposta vinda do Executivo Municipal, que reproduziu e se transcreve: - "Os benefícios que esta infraestrutura poderá trazer para a agricultura nas zonas referidas, não compensam decerto os prejuízos que dela poderão advir para o Município de Constância, sob o ponto de vista ambiental, turístico, económico e patrimonial. A Assembleia Municipal de Constância, em sessão Ordinária de dezanove de dezembro de dois mil e vinte e quatro, deliberou por unanimidade o seguinte: ----------

1. Opor-se veemente à localização indicada para a construção do Açude, participando na consulta pública. ----------

2. Recorrer a todos os mecanismos para que o mês mo não se concretize. ----------

3. Enviar esta posição para os: - Ministérios do Ambiente, Cultura e Economia; Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Agência Portuguesa do Ambiente, CCDR-LVT, Instituto do Património Cultural, e Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. ---------

Colocada esta deliberação a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. ----------

PONTO 14 - APRECIAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ARTº 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO ----------

Diversos Deputados Municipais de ambas as Bancadas manifestaram as suas dificuldades em aceder à informação enviada através de "Wetransfer", impedindo-os de acederem ao documento. Neste sentido, não tinham questões para apresentar. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que os documentos enviados através daquela plataforma tinham um tempo limitado para serem descarregados. Findo

aquele tempo, não seria possível aceder aos documentos. Teria sido certamente o motivo da impossibilidade de acesso aos mesmos. Os Senhores/as Deputados/as, teriam que, de futuro, terem atenção àquele aspeto. Iria junto dos serviços técnicos, verificar se o período de exposição dos documentos poderia ser alongado para descarregamento, ou, encontrar uma outra solução para o envio da correspondência. ----------

15 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE ----------

Solicitou a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Ana Luísa Cartaxo Manique, para valorizar com uma congratulação, o projeto "Sorriso entre letras", por ter recebido o Galardão da "Responsabilidade Social", na XVI Gala da Antena Livre. Uma iniciativa que durava há cinco anos, envolvendo de forma solidária as comunidades das três Freguesias do Concelho, aproximando-as no espirito de solidariedade entre todos.
Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, José Manuel Ricardo, referindo que a questão que pretendia apresentar estava relacionada com a ausência do Médico na Extensão de Saúde da sua Freguesia. Tinha conhecimento, que o Médico tinha estado de férias, e quando regressou ao serviço, tinha entrado de baixa por motivos de saúde. Pretendia saber qual o ponto de situação. ---------
Solicitou a Palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal se, a CAIMA, S.A. (Companhia de Celulose), já tinha liquidado os setenta e cinco mil euros com a Câmara Municipal e, se existia algum documento escrito, onde a CAIMA assumisse aquele pagamento. ----------
Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia apresentar dois assuntos: - O primeiro, estava relacionado com algumas questões/preocupações apresentadas pelos Eleitos de Freguesia nas suas Assembleias. Verificavam, que as questões cujas competências eram da Câmara Municipal e deveriam ser apresentadas ao executivo, nas reuniões em que os Presidentes de Junta mantinham com aquela entidade (dando para o efeito alguns exemplos), raramente eram acolhidas ou merecedoras de uma resposta adequada. O segundo assunto, dizia respeito ao encerramento da Fábrica TUPPERWARE. Aquela situação, levava para o desemprego cerca de duzentos trabalhadores, era no mínimo lamentável. Pretendia saber, se nos contactos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha tido com o Ministério da Economia, tinha verificado algum interesse daquela entidade, na resolução da situação ou, se era irreversível. Terminou, mostrando a sua solidariedade para com todos os trabalhadores e suas famílias.
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que acompanhava a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, na saudação/congratulação feita ao projeto "Sorriso entre Letras", sendo aquele reconhecimento extensivo a todas as voluntárias, porque sem elas, não existiria aquele projeto. Assim como, uma palavra de agradecimento aos trabalhadores da Biblioteca Municipal, pelo apoio que davam ao projeto desde o seu início. Não podendo esquecer os principais e fundamentais parceiros em todo o processo, as Juntas de Freguesia. ------ Quanto à questão apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada sobre o médico, ou a falta dele, na extensão de saúde da sua Freguesia, iria tentar perceber junto do Doutor Melo de Carvalho, o que é que se passava com as sucessivas ausências, no sentido de garantir alguma estabilidade com os cuidados de saúde aos cidadãos daquela freguesia. Mais não poderia prometer naquele momento. Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, respondeu, que aquele montante ainda não tinha sido liquidado, e que existia um contrato assinado com a CAIMA, onde estava bem explicita aquela obrigação. ----------

Quanto às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre a primeira, relativa aos reportes dos eleitos nas Assembleias de Freguesia, pela perceção que tinham das suas propostas, ou aviso de deficiências verificadas nas respetivas freguesias não serem ouvidas para uma rápida resolução, nomeadamente, quando excediam as responsabilidades das respetivas freguesias, referiu: - Pelo conhecimento que tinha, todas as questões que excediam as responsabilidades das Juntas de Freguesia, eram reportadas nas reuniões com o executivo. Algumas, eram de fácil resolução e tinham uma resposta imediata, outras, as mais difíceis, demoravam algum tempo, por várias razões, nomeadamente técnicas, mas não eram esquecidas. Quanto à situação da fábrica da TUPPERWARE, acompanhava as preocupações da Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária. Nas reuniões tidas com o Senhor Secretário de Estado ou, através dos contactos telefónicos com diversas entidades, incluindo o AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), a resposta obtida, era que o processo estava entregue a um Juiz e, era muito difícil às partes não envolvidas no processo obterem esclarecimentos sobre o mesmo. O que lhe tinha sido transmitido, tinha sido que; toda a operação que a TUPPERWARE tinha fora da Europa, os credores tinham assumido. Tudo o que era Europa, os credores não tinham assumido a operação. Tinha conhecimento que existia um grupo de empresários interessados em ficar com a unidade de Montalvo. Tinham feito uma proposta formal, cujo

processo decorria nos Estados Unidos. De acordo com informações obtidas, a resposta demoraria algum tempo. Referiu ainda, que tinha ficado surpreendido, quando naquele mesmo dia, um dos trabalhadores lhe tinha transmitido que a administração da empresa, lhes tinha comunicado que iriam fechar a unidade de Montalvo, cuja laboração encerraria a oito de janeiro. Iria tentar perceber nos próximos dias, se a referida proposta dos empresários só poderia ser analisada e validada com a abertura do processo de insolvência da unidade em Montalvo ou, se já tinha sido analisada a proposta dos empresários Portugueses e não tinha sido aceite pelos credores. Nos próximos dias iria tentar obter mais esclarecimentos sobre o assunto. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Ana Luísa Cartaxo Manique, para referir que não tinha conhecimento que alguma questão apresentada pelos Vogais da Assembleia da sua Freguesia tivesse ficado por responder ou, não lhe ser dado o devido encaminhamento. ----------

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, pretendendo saber, qual o ponto de situação do Hotel em Constância. Teve conhecimento, que tinha estado em leilão no sitio das finanças.

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar o seguinte: - Qual o ponto de situação da Creche de Constância, se estava a responder a todas as solicitações ou, se existia alguma lista de espera. Também pretendia saber, se as contratações de recursos humanos para o projeto Radar já estavam concluídas e, se já tinham iniciado a atividade. Também pretendia saber se o NGPI (Núcleo de Garantia para a Infância) já tinha iniciado funções e qual o ponto de situação. Uma das questões que tinha ficado por responder numa Assembleia anterior, era saber quem coordenava o Núcleo Executivo do CLAS (Conselho Local de Ação Social) de Constância. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. ----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que não tinha conhecimento do leilão. O conhecimento que tinha, era que existiria uma investidora estrangeira em negociações há mais de um ano com o Turismo de Portugal e com a Banca, para aquisição do Hotel e conclusão das obras. Não poderia adiantar mais nada sobre o assunto, no entanto, tentaria saber mais pormenores. ----------

Sobre as questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando pela Creche; referiu

não ser possuidor de informação atualizada. Quanto ao processo Radar Social, os técnicos tinham iniciado funções há pouco tempo, não possuindo informações da situação. Quanto ao NGPI (Núcleo de Garantia Para a Infância), não possuía elementos, faria chegar a informação posteriormente. Quanto à coordenação do CLAS, era ele próprio que presidia. Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar se o executivo já tinha alguma informação sobre a finalidade do terreno que começava junto ao Parque Ambiental de Santa Margarida e se prolongava até ao Campo Militar. ----------

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que não possuía nenhuma informação adicional sobre a utilidade a dar ao terreno mencionado, assim como, na Câmara Municipal não tinha dado entrada de qualquer projeto para aquele espaço. ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, colocando-a de seguida a votação. ----------

----------**APROVAÇÃO EM MINUTA**----------

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos. ----------

----------**ENCERRAMENTO**----------

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas. ---------- -----

-A presente Ata foi redigida na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. ----------

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. ----------

A Mesa da Assembleia Municipal,

ANEXO I

Assembleia Municipal de Constância

19 de Dezembro de 2024

Declaração de Voto

Assunto: Proposta de documentos previsionais para o período de 2025 a 2029

A proposta de orçamento municipal apresentado no valor de total de 13 435.640€ reflete as ideias e projectos políticos da atual maioria que governa o município de Constância, e de acordo com a nossa visão não aborda nem enquadra convenientemente um conjunto de abordagens essenciais ao desenvolvimento do concelho de Constância;

Vemos com preocupação o peso das despesas correntes na globalidade deste orçamento, a qual continua a superar a despesa de capital, (58,71% e 41,29%, respetivamente) como consequência do investimento proposto;

Este é um orçamento, que não responde às necessidades de investimento na habitação social, sendo de valorizar as propostas já encaminhadas no âmbito das habitações a custos controlados (7 fogos no total), porém o concelho precisa de mais condições que permitam a fixação de população, e a disponibilidade de habitação é um dos caminhos;

Notamos como positivo a infraestruturação da fase dois da Urbanização da Aldeia de Santa Margarida, apesar de considerarmos que o projecto inicial dava mais e melhores respostas às necessidades da freguesia e do concelho;

Projectos e investimentos no âmbito de alguns arruamentos, intervenções nos centros de saúde, eficiência energética e intervenções no património são de valorizar, na medida em que poderão configurar na melhoria de qualidade de vida do nosso concelho;

A nível da mobilidade, continuamos a ter um concelho divido a meio, com os constrangimentos inerentes à Ponte da Praia e, refira-se, que nessa exigência estamos juntos;

No que respeita ao desenvolvimento económico, este orçamento apresenta-se vazio a nível de investimento em obra concreta. Esta é uma necessidade urgente, e o que continua a ser proposto para 2025 ainda é somente o projecto o que significa que não teremos, tão cedo, mais disponibilidade de lotes para investimento na Zona Industrial de Montalvo;

Vemos também com preocupação a ausência de linhas orientadoras que visem o colmatar de dificuldades nos apoios às famílias, no âmbito da primeira infância (a atual creche não responde a procura) e no âmbito de respostas aos idosos;

Esperava-se também uma proposta que viesse resolver de uma vez por todas os problemas inerentes ao abastecimento de água na Freguesia de Santa Margarida – Portela, porém a perspetiva é de, em 2025, desenvolver um estudo e um projecto e, entretanto, há um constante "remediar" devido a problemas quase semanais, com custos que se calculam bastante elevados.

Nota-se também como preocupação a ausência de qualquer registo relativamente ao legado patrimonial de Vasco de Lima Couto;

Pelo exposto, e por considerarmos que este orçamento não responde a muitas necessidades do concelho, o sentido de voto é a abstenção.

Os eleitos da CDU;

- Júlia Amorim
- Joaquim Santos
- Rosário Martins
- Carmen Silva
- Ângela Grilo

Constância, 19 de Dezembro de 2024

ANEXO II

Assembleia Municipal de Constância

19 de Dezembro de 2024

Declaração de Voto

Assunto: Proposta de mapa de pessoal e respectivo anexo para o ano de 2025

Desde 2017, ano em que a actual maioria socialista tomou conta dos destinos do concelho, os eleitos da CDU optaram sempre pela abstenção nas inúmeras alterações ao mapa de pessoal com a fundamentação de que esta é uma área de gestão em que quem governa deve gerir os meios técnicos e humanos necessários à actividade diária da Câmara Municipal.

Passados 7 anos de governação socialista, é tempo de uma análise detalhada sobre a evolução de uma das mais importantes áreas de gestão no funcionamento e desenvolvimento do município.

Com um olhar abrangente pode verificar-se que a contratação de pessoal na área administrativa e financeira e não pondo em causa esta necessidade, verifica-se que a contratação de assistentes operacionais e técnicos tão necessária na Divisão de serviços Técnicos não acompanhou as necessidades de mais trabalhadores em sectores vitais desta divisão.

Assistimos com muita preocupação ao pedido de transferência de vários funcionários essenciais ao funcionamento dos serviços municipais pondo em causa áreas tão importantes como sejam a manutenção de viaturas, caso do mecânico, ou a manutenção de sistemas eléctricos nos vários edifícios municipais, como sejam as piscinas, pavilhão desportivo e/ou escolas.

Quando se valoriza a importância da actividade turística no concelho não se vislumbra qualquer preocupação com a necessidade de contratação de mais pessoas para o Parque Ambiental de Santa Margarida de forma a fazer face aos pedidos de visita ao Borboletário, em que grande parte ficam por satisfazer, diminuindo em muito todas as potencialidades daquele equipamento.

Não se trata de boa gestão quando passado mais de um ano assistimos a empresários que esperam meses para verem um simples contador de água ligado pondo em causa a sua actividade; tudo isto derivado da aposentação de um dos canalizadores e que, sabendo isto, só se abre concurso passados muitos meses após a saída do funcionário aposentado.

É lesivo para o município, quando profissionais qualificados como os dois pedreiros existentes são obrigados a um dar serventia a outro por falta de serventes ou mesmo, pasme-se, um pedreiro, ou até um encarregado ocupar o seu tempo de serviço na distribuição de informações pelos locais públicos do concelho.

Também o processo de contra-ordenação da Agência Portuguesa do Ambiente actualmente a decorrer, relativo à ETAR de Montalvo, não está isento da falta de trabalhadores necessárias à manutenção dos equipamentos em causa. Vamos ver se os custos com eventuais coimas não dariam para pagamento por vários anos a um funcionário.

A política actualmente seguida, na área da gestão do pessoal, tem levado á deterioração dos serviços, equipamentos e edifícios municipais, tornando mais pobre o nosso património, e ainda à retracção de alguns investidores permanecerem ou fixarem-se no concelho.

Não obstante se observar no mapa de pessoal proposto para o ano de 2025 a intenção de prover lugares nos serviços de obras por administração directa e ambiente e serviços urbanos a deficiente gestão de recursos humanos legitima-nos a pensar se esta efectivamente se concretizará para além de considerarmos que é insuficiente para colmatar a falta de trabalhadores que saíram anteriormente e dos que irão sair por aposentação entre outras razões.

A bem do desenvolvimento do concelho, este é um assunto que o actual executivo deve reflectir e planear de forma estruturante de modo a suprir as dificuldades de curto e médio prazo.

Pelas razões expostas anteriormente o sentido de voto foi de abstenção.

Os eleitos da CDU

- Júlia Amorim
- Joaquim Santos
- Rosário Martins
- Cármen Silva
- Ângela Grilo

Constância, 19 de Dezembro de 2024